

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE À LUZ DA RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 4/2024

SUPERVISED INTERNSHIP IN INITIAL TEACHER EDUCATION: CONTRIBUTIONS TO THE DEVELOPMENT OF TEACHER IDENTITY AND PROFESSIONAL GROWTH IN LIGHT OF CNE/CP RESOLUTION No. 4/2024

LAS PRÁCTICAS SUPERVISADAS EN LA FORMACIÓN INICIAL DEL PROFESORADO: CONTRIBUCIONES A LA CONSTRUCCIÓN DE LA IDENTIDAD Y AL DESARROLLO PROFESIONAL DOCENTE A LA LUZ DE LA RESOLUCIÓN CNE/CP N.º 4/2024

Beatriz Maria Zoppo¹
Deisily de Quadros²
Kellin Cristina Melchior Inocencio³

Resumo

O estágio supervisionado constitui um componente essencial da formação inicial de professores, pois aproxima o licenciando da realidade da educação básica e possibilita a articulação entre os conhecimentos elaborados na universidade e as experiências vivenciadas no cotidiano escolar. A Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, reafirma a centralidade do estágio ao prever sua realização de forma progressiva, desde o início da formação, fortalecendo a relação entre instituições de ensino superior e escolas de educação básica. Este artigo tem como objetivo analisar a importância do estágio supervisionado para a formação do licenciando, considerando suas contribuições para a construção da identidade profissional, o desenvolvimento dos saberes docentes e a profissionalização do futuro professor. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada na legislação educacional vigente e em contribuições teóricas sobre estágio supervisionado, formação docente e prática pedagógica. A análise evidencia que o estágio supervisionado não deve ser compreendido apenas como cumprimento de carga horária obrigatória, mas como espaço de aprendizagem, investigação, reflexão crítica e construção da prática pedagógica. Conclui-se que sua efetividade depende da articulação entre estudante, universidade e escola, bem como da mediação qualificada dos professores orientadores e supervisores.

Palavras-chave: estágio supervisionado; formação docente; licenciatura; identidade profissional; prática pedagógica.

Abstract

Supervised internship is an essential component of initial teacher education, as it brings teacher candidates closer to the reality of basic education and enables the integration of knowledge developed at the university with experiences gained in everyday school life. CNE/CP Resolution No. 4, of May 29, 2024, reaffirms the central role of the internship by establishing its progressive implementation from the beginning of teacher education, thereby strengthening the relationship between higher education institutions and basic education schools. This article aims to analyze the importance of supervised internship in teacher education, considering its contributions to the construction of professional identity, the development of teaching knowledge, and the professionalization of future teachers. This is a bibliographic study grounded in current educational legislation and theoretical contributions

¹ Docente no Centro Universitário Internacional - UNINTER.

² Docente no Centro Universitário Internacional - UNINTER.

³ Docente no Centro Universitário Internacional - UNINTER.

related to supervised internship, teacher education, and pedagogical praxis. The analysis shows that supervised internship should not be understood merely as the fulfillment of mandatory workload requirements, but rather as a space for learning, research, critical reflection, and the construction of pedagogical praxis. It is concluded that its effectiveness depends on the articulation among student teachers, universities, and schools, as well as on the qualified guidance provided by mentor and supervising teachers.

Keywords: supervised internship; teacher education; teacher licensure programs; professional identity; pedagogical practice.

Resumen

La práctica supervisada constituye un componente esencial de la formación inicial del profesorado, ya que acerca al estudiante de formación docente a la realidad de la educación básica y posibilita la articulación entre los conocimientos adquiridos en la universidad y las experiencias vividas en el ámbito escolar. La Resolución CNE/CP nº 4, de 29 de mayo de 2024, reafirma la centralidad de la práctica al prever su realización de forma progresiva, desde el inicio de la formación, fortaleciendo la relación entre las instituciones de educación superior y las escuelas de educación básica. Este artículo tiene como objetivo analizar la importancia de la práctica supervisada para la formación del estudiante de formación docente, considerando sus contribuciones a la construcción de la identidad profesional, al desarrollo de los saberes docentes y a la profesionalización del futuro profesor. Se trata de una investigación bibliográfica, fundamentada en la legislación educativa vigente y en aportes teóricos sobre la práctica supervisada, la formación docente y la praxis pedagógica. El análisis evidencia que la práctica supervisada no debe entenderse únicamente como el cumplimiento de una carga horaria obligatoria, sino como un espacio de aprendizaje, investigación, reflexión crítica y desarrollo de la praxis pedagógica. Se concluye que su efectividad depende de la articulación entre el estudiante, la universidad y la escuela, así como de la mediación cualificada de los profesores orientadores y supervisores.

Palabras clave: práctica supervisada; formación docente; formación inicial del profesorado; identidad profesional, práctica pedagógica.

1 Introdução

O estágio supervisionado ocupa lugar central na formação inicial de professores, pois permite ao licenciando vivenciar situações concretas do cotidiano escolar e compreender, de maneira mais próxima, os desafios que envolvem o exercício da docência. Mais do que uma exigência curricular, constitui-se como um espaço de aprendizagem profissional, articulação entre teoria e prática, reflexão crítica e construção da identidade docente.

A formação do professor não se realiza apenas pela apropriação de conteúdos teóricos. Também se constrói nas experiências vividas, nas relações estabelecidas com estudantes e professores, na observação das práticas pedagógicas e na participação nas atividades escolares. Nesse processo, o estágio supervisionado possibilita ao futuro professor compreender a escola como espaço formativo, marcado por dimensões pedagógicas, sociais, culturais, históricas, éticas e políticas.

A Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, fortalece essa compreensão ao reconhecer o estágio como componente estruturante das licenciaturas. Ao prever sua realização de forma progressiva, desde o segundo ano do curso e em articulação com a educação básica, a normativa contribui para superar a concepção de estágio concentrado apenas nos períodos

finais da formação. Essa orientação aproxima a universidade da escola e favorece uma formação mais integrada às demandas reais da profissão docente.

Autores como Pimenta e Lima (2017), Tardif (2014), Gatti *et al.* (2019), Freire (2021) e Zabalza (2014) reforçam a importância do estágio como espaço de produção de saberes, reflexão sobre a prática, desenvolvimento da práxis pedagógica e construção da identidade profissional. Essas contribuições ajudam a compreender que o estágio não deve ser tratado como simples aplicação de teorias, mas como experiência formativa capaz de articular conhecimento acadêmico, prática pedagógica e compromisso social.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar a importância do estágio supervisionado para a formação do licenciando, considerando suas contribuições para a construção da identidade profissional, para o desenvolvimento dos saberes docentes e para a profissionalização do futuro professor. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2019), fundamentada na legislação educacional vigente e nas contribuições teóricas de autores que discutem a formação docente e o estágio supervisionado.

2 Fundamentação teórica

2.1 O estágio supervisionado e a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024

Historicamente, a formação inicial de professores no Brasil foi marcada por modelos que separavam os conhecimentos teóricos das experiências práticas. Em muitos cursos de licenciatura, o estágio aparecia apenas nos períodos finais, como momento destinado à observação de aulas ou à aplicação dos conteúdos estudados na universidade. Essa organização reforçava uma visão fragmentada da formação docente, na qual a escola era vista como espaço de aplicação, e não como lugar de produção de saberes.

Essa concepção esteve associada, durante longo período, a uma perspectiva de formação baseada na racionalidade técnica, segundo a qual os conhecimentos produzidos no espaço acadêmico deveriam ser posteriormente aplicados pelo futuro professor no contexto escolar. Nessa lógica, a teoria ocupava posição central na universidade, enquanto a prática era compreendida como um momento posterior destinado à experimentação e ao treinamento profissional.

O estágio, conseqüentemente, corria o risco de assumir um caráter predominantemente burocrático, limitado ao cumprimento da carga horária, à observação de aulas e à elaboração de registros, sem necessariamente promover uma análise sistemática das situações vivenciadas no cotidiano escolar. A superação dessa perspectiva implica compreender que teoria e prática não

constituem dimensões independentes, mas elementos indissociáveis do processo de formação e de construção dos saberes profissionais docentes.

A escola, nesse sentido, deixa de ser compreendida apenas como local de aplicação dos conhecimentos adquiridos na instituição formadora e passa a ser reconhecida como espaço formativo, no qual o licenciando entra em contato com situações concretas, desafios, relações e saberes que contribuem para a compreensão da complexidade da profissão docente.

A Resolução CNE/CP nº 4/2024 representa um avanço nesse debate ao reafirmar o estágio supervisionado como componente curricular estruturante da formação inicial dos profissionais do magistério da educação básica. Ao estabelecer que o estágio deve ocorrer de forma progressiva, articulada aos demais componentes curriculares e distribuída ao longo do percurso formativo, o documento contribui para romper com a lógica de concentrar a prática apenas no final do curso.

Essa perspectiva desloca o estágio de uma posição complementar ou terminal para uma dimensão integrada ao processo de formação, permitindo que o estudante estabeleça relações mais consistentes entre os conhecimentos desenvolvidos nas diferentes unidades curriculares e as situações concretas vivenciadas nos espaços educativos.

A inserção progressiva no campo de estágio favorece, ainda, o desenvolvimento gradual de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários ao exercício da docência, respeitando o nível de formação e a complexidade das experiências vivenciadas em cada etapa do curso. Dessa forma, o estágio passa a ser compreendido não apenas como requisito curricular ou cumprimento de uma determinada carga horária, mas como espaço privilegiado de aprendizagem profissional, investigação e reflexão sobre a realidade educacional.

Essa concepção é particularmente relevante diante da complexidade do trabalho docente contemporâneo, que exige do futuro professor não somente domínio dos conteúdos específicos de sua área, mas também a capacidade de interpretar contextos, tomar decisões pedagógicas, estabelecer relações, lidar com diferentes necessidades de aprendizagem e participar de forma ativa da dinâmica institucional da escola.

Essa orientação reconhece que a identidade profissional docente é construída gradualmente, por meio da inserção contínua do licenciando nos diferentes contextos educativos. O contato com a escola desde o início da formação permite ao futuro professor observar, participar, refletir e compreender as múltiplas dimensões da docência. Planejamento pedagógico, gestão da sala de aula, avaliação, relação com estudantes e famílias, trabalho colaborativo e participação na vida institucional da escola passam a ser compreendidos como experiências fundamentais para a aprendizagem profissional.

A normativa também fortalece a parceria entre instituições de ensino superior e escolas de educação básica. Ao reconhecer a corresponsabilidade entre universidade e escola, amplia a compreensão do estágio como espaço de cooperação institucional. Professores orientadores, supervisores de campo e licenciandos, enquanto atores do processo, passam a compartilhar responsabilidades formativas, o que contribui para aproximar a formação acadêmica das demandas concretas da educação básica. Assim, a legislação reforça a parceria entre os sujeitos no momento do estágio, estudante estagiário, supervisores da escola e orientadores da IES: “a realização de estágio curricular supervisionado, com a colaboração de professores supervisores das instituições de Educação Básica, em cooperação com os docentes das IES” (Brasil, 2024, p. 6).

Nesse sentido, a Resolução CNE/CP nº 4/2024 reforça a necessidade de uma formação orientada para o desenvolvimento de competências profissionais docentes. Essas competências envolvem o domínio dos conteúdos, mas também a capacidade de planejar situações de aprendizagem, utilizar estratégias metodológicas, avaliar processos educativos, atuar de forma colaborativa, incluir diferentes sujeitos e refletir criticamente sobre a própria prática, tudo isso de modo progressivo, o que garante o respeito ao desenvolvimento do estudante em campo de estágio, na práxis, ou seja, no “desenvolvimento do estágio como uma atitude investigativa, que envolve a reflexão e a intervenção na vida da escola, dos professores, dos alunos e da sociedade” (Pimenta; Lima, 2017, p. 34).

O estágio supervisionado, portanto, assume papel estratégico na formação inicial. Ele possibilita que o licenciando articule conhecimentos científicos, prática pedagógica, reflexão crítica, formação humana e compromisso ético com a aprendizagem dos estudantes. A vivência no contexto escolar contribui para a construção de uma docência fundamentada, investigativa e socialmente comprometida.

2.2 O estágio supervisionado como articulação entre teoria e prática

O estágio supervisionado deve ser compreendido como um campo de conhecimento, e não apenas como uma atividade prática obrigatória. Para Pimenta e Lima (2017), o estágio possibilita a produção de saberes decorrentes da investigação da realidade escolar, da reflexão crítica sobre a prática educativa e da articulação entre teoria e prática. Nessa perspectiva, o estágio assume uma dimensão formativa que ultrapassa o cumprimento de uma carga horária ou a realização de atividades previamente determinadas. Trata-se de um espaço no qual o licenciando tem a possibilidade de confrontar os conhecimentos construídos ao longo de sua

formação com as situações concretas do cotidiano escolar, identificando aproximações, tensões, contradições e possibilidades de intervenção.

A escola, portanto, não é compreendida apenas como cenário para a realização do estágio, mas como espaço social e educativo no qual se produzem conhecimentos, relações, práticas e experiências que contribuem para a formação profissional. Ao inserir-se nesse contexto, o licenciando passa a compreender que a docência envolve dimensões que não podem ser plenamente apreendidas apenas por meio dos estudos teóricos, exigindo contato sistemático com a realidade e análise crítica das situações vivenciadas.

Durante muito tempo, predominou a ideia de que a teoria deveria anteceder a prática e de que o estágio teria a função de aplicar conhecimentos previamente construídos na universidade. Essa compreensão reduzia a complexidade da formação docente e limitava o papel da escola no processo formativo. A prática, nesse modelo, era vista como consequência da teoria e não como espaço de problematização, aprendizagem e construção de conhecimentos.

Tal perspectiva também contribuía para estabelecer uma hierarquia entre os diferentes espaços formativos, atribuindo à universidade a produção do conhecimento e à escola a função de executá-lo. Consequentemente, o professor em formação poderia chegar ao campo de estágio com a expectativa de encontrar situações previamente explicadas pelos conteúdos acadêmicos, deparando-se, entretanto, com uma realidade muito mais complexa, marcada pela diversidade dos estudantes, pelas condições concretas de trabalho, pelas relações institucionais, pelas demandas sociais e pelas especificidades de cada comunidade escolar. A distância entre aquilo que é estudado e aquilo que é vivenciado não deve ser interpretada como uma falha da formação, mas, sim, como uma oportunidade para problematizar os conhecimentos e compreender que o exercício da docência exige permanente articulação entre diferentes saberes.

A perspectiva defendida por Pimenta e Lima (2017) rompe com essa separação. O estágio passa a ser entendido como espaço de investigação, no qual o licenciando observa a realidade escolar, analisa situações pedagógicas, dialoga com profissionais experientes, registra experiências e desenvolve intervenções fundamentadas teoricamente. Esse movimento permite que o futuro professor não assuma uma postura passiva diante da escola, mas construa uma atitude crítica e reflexiva. A observação, nesse sentido, deixa de ser uma atividade meramente descritiva e passa a constituir uma estratégia de investigação da realidade.

Observar uma aula, por exemplo, implica considerar não somente os procedimentos utilizados pelo professor, mas também os objetivos de aprendizagem, as relações estabelecidas, a participação dos estudantes, as estratégias de avaliação, a organização do espaço e do tempo, os recursos empregados e as condições que interferem no desenvolvimento da atividade

pedagógica. Da mesma forma, a participação e a regência podem ser compreendidas como oportunidades para que o licenciando formule hipóteses, tome decisões, experimente estratégias e posteriormente analise os resultados alcançados. O estágio, nessa perspectiva, constitui um movimento contínuo de observar, problematizar, fundamentar, intervir e avaliar, contribuindo para que o estudante desenvolva progressivamente autonomia e capacidade de análise sobre o próprio trabalho.

A articulação entre teoria e prática não significa apenas relacionar conceitos estudados na universidade com situações vividas na escola. Significa compreender que ambas se constituem mutuamente: a práxis. A teoria ajuda a interpretar a realidade; a prática provoca novas perguntas, revela desafios e exige reelaborações. O estágio torna-se, assim, um espaço de encontro entre o conhecimento acadêmico e a experiência concreta do trabalho docente. A práxis pressupõe, portanto, uma relação dinâmica entre ação e reflexão, na qual a experiência prática não é simplesmente executada, mas analisada à luz de conhecimentos teóricos e, simultaneamente, utilizada para questionar, ampliar ou ressignificar esses conhecimentos.

Nesse processo, o licenciando deixa de ser apenas um receptor de conhecimentos produzidos por outros sujeitos e passa a assumir uma posição de sujeito de sua própria formação. A experiência vivenciada na escola ganha significado formativo quando é acompanhada de registros, discussões, orientações e momentos sistemáticos de reflexão, possibilitando que situações aparentemente cotidianas sejam transformadas em objetos de análise e aprendizagem profissional.

Essa compreensão também contribui para superar a visão do estágio como momento destinado exclusivamente à sala de aula. A formação para a docência exige que o licenciando compreenda a escola em sua totalidade, considerando aspectos relacionados à gestão, ao planejamento, à organização curricular, aos processos avaliativos, às relações entre os diferentes profissionais, à participação da comunidade, às políticas educacionais e às condições sociais que atravessam o cotidiano escolar. Ao vivenciar diferentes dimensões da instituição, o estudante amplia sua compreensão sobre o trabalho docente e percebe que ensinar não se resume à transmissão de conteúdo.

A docência envolve planejamento, tomada de decisões, mediação de aprendizagens, acompanhamento dos estudantes, trabalho coletivo e participação em um projeto educativo institucional. Dessa forma, o estágio contribui para que o futuro professor construa uma compreensão mais ampla e realista da profissão, reconhecendo tanto seus desafios quanto suas possibilidades de transformação.

A Resolução CNE/CP nº 4/2024 dialoga com essa compreensão ao propor a inserção progressiva do licenciando na educação básica. Ao distribuir as experiências de estágio ao longo do curso, a formação deixa de concentrar a prática em um único momento e passa a favorecer a construção gradual da identidade profissional. Essa organização permite que o licenciando amplie progressivamente seu nível de participação e responsabilidade no contexto escolar, passando de experiências de observação e aproximação inicial para atividades que demandem maior envolvimento com o planejamento, a intervenção pedagógica e a reflexão sobre a prática.

A progressividade é relevante porque reconhece que a aprendizagem da docência não ocorre de maneira imediata, mas constitui um processo que requer tempo, acompanhamento e experiências diversificadas. Nesse percurso, os conhecimentos adquiridos nos diferentes componentes curriculares podem ser continuamente mobilizados e ressignificados com base nas situações encontradas no campo de estágio, fortalecendo a integração entre formação acadêmica e experiência profissional.

Para Pimenta (2019, p. 18), a construção da identidade profissional acontece “pelo significado de cada professor, enquanto ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações (...)”. É na escola que o licenciando acompanha diferentes situações, começa a compreender a dinâmica da instituição e desenvolve maior segurança para atuar. A identidade docente, entretanto, não se constitui apenas pela aquisição de técnicas ou pelo domínio de conteúdos específicos. Ela é construída nas relações estabelecidas com os estudantes, com os professores, com os gestores e com os demais profissionais da educação, bem como pela interpretação que o futuro professor desenvolve acerca do significado social da sua profissão.

O estágio constitui, nesse sentido, um momento privilegiado para que o licenciando comece a reconhecer-se como professor, compreendendo as responsabilidades, os conhecimentos e os compromissos éticos envolvidos no exercício da docência. A aproximação com professores experientes também possibilita observar diferentes modos de ensinar, planejar e enfrentar situações pedagógicas, permitindo ao estudante identificar referências profissionais, questioná-las e construir gradualmente suas próprias concepções acerca do trabalho docente.

Outro aspecto fundamental diz respeito à relação entre experiência e acompanhamento. A simples presença do licenciando na escola não garante, por si só, a aprendizagem profissional. Para que a experiência se transforme em conhecimento formativo, é necessário que exista mediação pedagógica, tanto por parte do professor supervisor da escola quanto do orientador

da instituição de ensino superior. O diálogo entre esses sujeitos permite problematizar as situações observadas e orientar o estudante na análise das experiências.

Nesse processo, os registros de estágio, os relatórios, os planos de aula, as discussões coletivas e os momentos de orientação assumem função importante, pois possibilitam retornar às experiências vivenciadas, identificar aprendizagens e dificuldades e elaborar novas estratégias de atuação. Assim, a articulação entre teoria e prática depende de uma estrutura formativa que favoreça o acompanhamento sistemático e a reflexão compartilhada, evitando que o estágio se reduza à permanência física do estudante no espaço escolar.

O estágio também contribui para o desenvolvimento da postura reflexiva. Refletir sobre a prática não consiste apenas em descrever o que ocorreu em sala de aula, mas em analisar as decisões pedagógicas tomadas, compreender seus fundamentos, avaliar resultados e identificar possibilidades de transformação. Essa reflexão é essencial para a formação de professores capazes de atuar de forma consciente, ética e comprometida com a aprendizagem dos estudantes.

A reflexão crítica permite, ainda, que o licenciando reconheça que nem todas as situações pedagógicas possuem respostas prontas e que a docência exige capacidade de análise e tomada de decisões diante de contextos diversos. Ao questionar por que determinada estratégia foi escolhida, quais resultados produziu, quais estudantes foram contemplados ou excluídos pela atividade e que outras possibilidades poderiam ser consideradas, o futuro professor desenvolve uma postura investigativa diante do próprio trabalho. Dessa maneira, a reflexão deixa de representar um momento posterior à prática e passa a constituir parte integrante da ação docente.

Nessa perspectiva, a articulação entre teoria e prática constitui uma das principais contribuições do estágio supervisionado para a formação inicial. A teoria oferece instrumentos para compreender e problematizar a realidade, enquanto a prática possibilita confrontar esses conhecimentos com situações concretas, produzindo novas questões e aprendizagens. O estágio, ao promover esse movimento, contribui para a formação de um professor que não apenas executa procedimentos, mas também compreende os fundamentos de suas escolhas, analisa os efeitos de sua atuação e reconhece a necessidade de aperfeiçoamento permanente.

Por isso, sua relevância ultrapassa o período específico em que é realizado: as aprendizagens construídas durante as experiências de estágio podem constituir referências para o exercício profissional futuro, fortalecendo uma concepção de docência pautada na investigação, na reflexão, na autonomia e no compromisso com a transformação da realidade educacional.

2.3 Os saberes docentes e a profissionalização do licenciando

Tornar-se professor envolve a construção de diferentes saberes. Esses saberes não se limitam aos conteúdos científicos aprendidos na universidade, pois também se constituem nas experiências vividas na escola, nas relações com estudantes e professores, na participação em atividades pedagógicas e na reflexão sobre os desafios da prática.

Tardif (2014) afirma que o trabalho docente mobiliza saberes disciplinares, curriculares, pedagógicos e experienciais. Esses saberes são constituídos em diferentes tempos e espaços da trajetória profissional, sendo constantemente ressignificados diante das situações concretas do cotidiano escolar. A docência, portanto, não pode ser compreendida como atividade mecânica ou meramente técnica, pois exige interpretação, tomada de decisão, sensibilidade e reflexão.

A escola ocupa papel central nesse processo. É nela que o licenciando começa a compreender a complexidade da profissão e a perceber que ensinar envolve muito mais do que dominar conteúdos. A prática docente exige planejamento, mediação, avaliação, escuta, diálogo, compromisso ético e capacidade de lidar com a diversidade dos estudantes. O estágio supervisionado oferece a oportunidade de vivenciar essas dimensões ainda durante a formação inicial.

Gatti *et al.* (2019) destacam que a qualidade da educação básica está relacionada à consistência da formação inicial dos professores. Um dos grandes desafios das licenciaturas consiste em superar a fragmentação curricular e a distância entre universidade e escola. Quando o estágio é bem estruturado, e o licenciando compreende seus objetivos do estágio, essa experiência contribui para aproximar esses dois espaços e favorecer experiências mais significativas para o licenciando.

Tornar-se docente exige uma formação que integre conhecimento científico, reflexão pedagógica, compromisso social e experiências práticas. O professor deixa de ser compreendido como simples transmissor de conteúdos e passa a ser visto como sujeito que interpreta a realidade, toma decisões fundamentadas e participa da construção de uma educação de qualidade.

A Resolução CNE/CP nº 4/2024 reforça essa perspectiva ao orientar a formação inicial para o desenvolvimento de competências profissionais docentes. Essas competências envolvem planejamento, mediação da aprendizagem, avaliação, inclusão, uso de tecnologias, trabalho colaborativo, gestão da sala de aula e compromisso com a aprendizagem de todos os estudantes. Tais dimensões não podem ser desenvolvidas apenas em ambientes universitários; exigem vivências concretas no espaço escolar.

Nesse contexto, o estágio supervisionado torna-se um dos principais espaços de profissionalização do licenciando. Por meio dele, o futuro professor desenvolve saberes, habilidades e atitudes que o ajudam a compreender a docência como profissão complexa, marcada por responsabilidades pedagógicas, sociais e éticas.

2.4 A práxis pedagógica e a formação crítico-reflexiva

A formação docente também precisa ser compreendida a partir da relação entre ação e reflexão. Paulo Freire (2021) contribui para esse debate ao defender que ensinar exige reflexão crítica sobre a prática, pesquisa, ética, diálogo e compromisso com a transformação social. Para o autor, a docência não pode ser reduzida à transmissão de conteúdos, pois envolve uma prática humana e política.

A ideia de práxis é fundamental para compreender o papel do estágio supervisionado. A práxis articula ação e reflexão, permitindo que o futuro professor pense sobre sua atuação, questione a realidade escolar e busque formas de transformá-la. No estágio, essa relação se torna concreta quando o licenciando observa, participa, planeja, intervém e reflete sobre as experiências vivenciadas.

O estágio supervisionado favorece o desenvolvimento de uma postura investigativa. Ao entrar em contato com a escola, o licenciando passa a observar problemas reais, analisar contextos, compreender relações e pensar em possibilidades de intervenção: “se quero saber como realizar um trabalho qualquer, o procedimento mais normal consiste em aprendê-lo com aqueles que efetuam esse trabalho” (Tardiff, 2014, p. 241). Quanto mais imerso no contexto escolar, maior a chance de formar professores mais críticos, autônomos e comprometidos com a aprendizagem dos estudantes.

A perspectiva freiriana também chama atenção para a dimensão ética da docência. Ensinar exige respeito aos estudantes, abertura ao diálogo, reconhecimento da diversidade e compromisso com uma educação mais democrática. O estágio, quando bem acompanhado, permite ao licenciando perceber que a prática pedagógica envolve escolhas, valores e responsabilidades.

Nesse sentido, o estágio não pode ser tratado como atividade burocrática. Ele precisa ser organizado como experiência reflexiva, na qual o estudante tenha condições de pensar sobre o que observa e realiza. Registros, relatórios, portfólios, rodas de conversa, orientação docente e análise das práticas são estratégias importantes para transformar a vivência escolar em aprendizagem profissional.

2.5 A relação entre universidade e escola

A relação entre universidade e escola é um dos elementos centrais para a qualidade do estágio supervisionado. Zabalza (2014) compreende o estágio como uma experiência formativa que acontece em contextos profissionais reais e que exige acompanhamento, planejamento e articulação institucional.

A escola não deve ser vista apenas como campo de aplicação das atividades planejadas pela universidade. Ela é também espaço de produção de saberes e de formação profissional. Seus professores, gestores, estudantes e práticas cotidianas contribuem para que o licenciando compreenda a docência em sua complexidade.

A universidade, por sua vez, tem a responsabilidade de oferecer fundamentos teóricos, metodológicos e pedagógicos que ajudem o licenciando a interpretar criticamente a realidade escolar. Quando esses dois espaços atuam de forma isolada, o estágio perde força formativa. Quando dialogam, possibilitam experiências mais consistentes e significativas.

A Resolução CNE/CP nº 4/2024 reforça a corresponsabilidade entre instituições formadoras e escolas de educação básica. Essa diretriz valoriza a construção de parcerias e reconhece que a formação inicial do professor depende da participação ativa de diferentes sujeitos. Orientadores, supervisores e licenciandos precisam atuar de maneira articulada para que o estágio cumpra sua função pedagógica.

A parceria entre universidade e escola também contribui para a superação da distância entre formação acadêmica e realidade profissional. O licenciando passa a compreender melhor os desafios da educação básica, enquanto a escola participa diretamente da formação dos futuros professores. Essa aproximação fortalece a profissionalização docente e contribui para a melhoria da qualidade da educação.

3 Análises e discussões

3.1 Desafios da implementação do estágio supervisionado

A Resolução CNE/CP nº 4/2024 fortalece o estágio supervisionado ao propor sua realização ao longo de todo o percurso formativo. Essa mudança representa um avanço importante, pois permite que o licenciando se aproxime da escola desde o início do curso e desenvolva, de forma gradual, sua identidade profissional e suas competências docentes. A inserção progressiva no contexto da educação básica possibilita que o estudante conheça a

realidade escolar em diferentes momentos de sua formação, ampliando gradativamente seu nível de participação e responsabilidade.

Em vez de estabelecer uma ruptura entre o período destinado à formação teórica e aquele reservado à experiência prática, essa organização favorece uma aproximação contínua entre os conhecimentos acadêmicos e as situações concretas do trabalho docente. O licenciando pode, assim, retornar às experiências vivenciadas na escola ao longo de sua trajetória formativa, reinterpretá-la à luz de novos conhecimentos e estabelecer relações cada vez mais complexas entre os fundamentos estudados e os desafios encontrados no cotidiano educacional.

Essa perspectiva também modifica a compreensão sobre o próprio estágio supervisionado. Quando desenvolvido de maneira progressiva, ele deixa de ser compreendido como uma etapa isolada do curso e passa a constituir um processo permanente de aproximação com a profissão. A observação, a participação, o planejamento, a intervenção pedagógica e a regência podem ser organizadas de maneira articulada e crescente, respeitando o nível de desenvolvimento do licenciando e possibilitando que ele avance de uma posição inicial de observador para uma participação mais autônoma e responsável nas atividades educativas.

Nesse percurso, o estudante tem a oportunidade de conhecer diferentes sujeitos, espaços, práticas e dimensões da escola, construindo referências para compreender a complexidade do trabalho docente. A continuidade dessa experiência é especialmente relevante para a construção da identidade profissional, uma vez que o sentimento de pertencimento à profissão não se constitui em um único momento, mas por meio de experiências sucessivas de aproximação, participação, reflexão e reconhecimento do próprio papel como futuro professor.

A implementação dessa proposta, porém, exige reorganização das instituições formadoras. Os cursos de licenciatura precisam rever seus projetos pedagógicos, articular melhor os componentes curriculares e garantir que as experiências de estágio estejam vinculadas aos processos de orientação, acompanhamento e reflexão. Isso significa repensar a organização curricular para que o estágio não seja tratado como responsabilidade exclusiva de uma disciplina ou de um setor específico da instituição, mas como componente integrado ao conjunto da formação.

A articulação entre os componentes curriculares permite que os conhecimentos pedagógicos e específicos sejam mobilizados nas experiências de campo e, ao mesmo tempo, que as situações encontradas na escola retornem ao espaço acadêmico como elementos de problematização e discussão. Dessa forma, o currículo pode estabelecer uma relação mais dinâmica com a realidade profissional, favorecendo a construção de aprendizagens contextualizadas e significativas.

Essa reorganização também demanda maior articulação entre os diferentes sujeitos responsáveis pelo processo formativo. O orientador de estágio, o professor supervisor da escola e o licenciando desempenham funções distintas, mas complementares, e precisam estabelecer canais efetivos de comunicação. Cabe à instituição de ensino superior assegurar condições para a orientação acadêmica e para o acompanhamento do estudante; à escola, oferecer um ambiente que favoreça a aprendizagem profissional; ao professor supervisor, compartilhar sua experiência e mediar a aproximação do licenciando com o cotidiano da profissão; e ao estudante, assumir uma postura ativa, investigativa e responsável diante de sua formação. A qualidade do estágio, portanto, depende não apenas da presença física do licenciando no campo, mas da existência de uma rede de acompanhamento capaz de transformar as experiências vivenciadas em oportunidades efetivas de aprendizagem.

As escolas de educação básica também assumem papel importante nesse processo. Para receber estagiários de forma qualificada, precisam contar com condições adequadas de supervisão, diálogo com a universidade e reconhecimento do papel formativo dos professores supervisores que acompanham os licenciandos. A escola não deve ser compreendida apenas como espaço de realização do estágio, mas como instituição que participa efetivamente da formação dos futuros professores.

O professor que recebe e acompanha o estagiário, por sua vez, exerce uma função que ultrapassa a simples observação ou autorização para a realização das atividades. Sua experiência profissional constitui uma importante referência para o licenciando, que pode compreender, a partir do cotidiano escolar, como são tomadas decisões pedagógicas, enfrentados desafios, estabelecidas relações com os estudantes e desenvolvidas estratégias diante das diferentes situações que emergem da prática docente. O diálogo entre o conhecimento produzido na universidade e os saberes construídos pelos professores no exercício profissional pode, nesse sentido, enriquecer tanto a formação inicial quanto a própria reflexão dos profissionais que atuam na escola.

A participação da escola no processo formativo também pressupõe que o estágio seja construído a partir de uma relação de cooperação e corresponsabilidade. Para isso, é necessário superar uma perspectiva na qual a instituição de educação básica apenas recebe o estudante e assina documentos relacionados ao estágio. A parceria precisa envolver planejamento, comunicação, acompanhamento e avaliação das experiências desenvolvidas.

Quanto mais articuladas estiverem a universidade e a escola, maiores serão as possibilidades de que o licenciando compreenda as situações vivenciadas de maneira contextualizada e consiga estabelecer relações entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes

profissionais. Sem essa estrutura, o estágio pode se tornar uma experiência limitada, pouco integrada ao processo formativo e marcada pelo cumprimento burocrático das atividades previstas.

Outro desafio está na qualidade das experiências oferecidas. A ampliação da carga horária ou a antecipação do estágio não garantem, por si sós, uma formação melhor. O que torna o estágio significativo é a forma como ele é planejado, acompanhado e refletido. A presença do licenciando na escola precisa ser intencional, orientada e articulada aos objetivos da formação docente. É necessário que cada experiência tenha uma finalidade formativa clara e que o estudante compreenda o que deve observar, quais questões precisa investigar, que aprendizagens pretende desenvolver e como poderá analisar posteriormente aquilo que vivenciou. A qualidade do estágio está, portanto, diretamente relacionada à capacidade de transformar a experiência em objeto de reflexão e aprendizagem.

Nesse sentido, a progressividade proposta pela Resolução CNE/CP nº 4/2024 não deve ser interpretada apenas como antecipação temporal do contato com a escola. Sua efetividade depende da construção de uma trajetória formativa coerente, na qual cada etapa do estágio dialogue com as anteriores e prepare o licenciando para experiências posteriores de maior complexidade.

A observação inicial pode favorecer a compreensão da organização escolar; a participação pode ampliar o envolvimento com as atividades pedagógicas; o planejamento pode desenvolver a capacidade de tomar decisões didáticas; e a regência pode possibilitar uma experimentação mais sistemática da docência. Em todas essas etapas, entretanto, é fundamental que haja momentos de orientação e reflexão que permitam ao estudante compreender os sentidos das experiências e reconhecer seus avanços, dificuldades e necessidades de aprendizagem.

Outro aspecto que merece atenção refere-se à avaliação do estágio. Se o objetivo é favorecer a construção de competências profissionais, a avaliação não pode restringir-se à conferência da frequência, da documentação ou do cumprimento das atividades previstas. É necessário considerar o processo de aprendizagem do licenciando, sua capacidade de analisar situações pedagógicas, fundamentar decisões, refletir sobre as intervenções realizadas e identificar possibilidades de aperfeiçoamento.

A avaliação formativa pode contribuir para que o estudante compreenda o estágio como espaço de aprendizagem e não como mera exigência curricular. Para isso, instrumentos como registros reflexivos, relatórios analíticos, planos de aula comentados, devolutivas dos

supervisores e momentos de discussão coletiva podem contribuir para tornar mais visível o desenvolvimento profissional ao longo do percurso.

Dessa forma, a implementação do estágio supervisionado nos termos propostos pela Resolução CNE/CP nº 4/2024 representa um desafio que ultrapassa a reorganização da matriz curricular ou a distribuição da carga horária. Trata-se de uma mudança que envolve concepção pedagógica, organização institucional, formação dos orientadores e supervisores, articulação entre universidade e escola e acompanhamento sistemático dos licenciandos.

A efetividade da proposta dependerá da capacidade das instituições de transformar a presença do estudante na escola em uma experiência de aprendizagem profissional planejada e acompanhada. Assim, a inserção progressiva na educação básica poderá contribuir não apenas para aproximar o licenciando da realidade escolar, mas também para construir, ao longo de sua formação, uma relação mais consciente, crítica e fundamentada com a profissão docente.

3.2 O estágio e o desenvolvimento das competências docentes

O estágio supervisionado contribui diretamente para o desenvolvimento das competências profissionais docentes. Ao participar do cotidiano escolar, o licenciando tem a oportunidade de relacionar os conhecimentos acadêmicos com situações reais da prática educativa. Essa aproximação permite compreender que a docência exige planejamento, mediação, avaliação, escuta, diálogo e tomada de decisões.

As competências docentes não se desenvolvem de maneira automática. Elas são elaboradas por meio de experiências acompanhadas, reflexão sobre a prática e participação nas diferentes atividades da escola. Tardiff (2014, p. 7) sinaliza “a importância de partir da análise dos contextos cotidianos nos quais atuam os agentes da educação, para melhor descrever e compreender sua atividade, com suas particularidades, dificuldades e seus pontos fortes”. O licenciando aprende ao observar, ao interagir, ao planejar, ao propor intervenções e ao avaliar suas próprias ações.

O estágio também contribui para a autonomia profissional. Ao lidar com situações concretas, o futuro professor percebe que não existem respostas prontas para todos os desafios da sala de aula. Cada contexto exige conhecimento, análise, sensibilidade e capacidade de decisão. Essa aprendizagem é fundamental para a formação de professores críticos e comprometidos com a qualidade da educação.

A dimensão investigativa do estágio merece destaque. Ao observar a realidade escolar, o licenciando pode identificar problemas, levantar questões, registrar situações e buscar

alternativas pedagógicas. Essa postura favorece uma formação mais reflexiva e menos tecnicista, aproximando a experiência do estágio da concepção de práxis defendida por Paulo Freire.

3.3 O estágio como espaço de identidade e profissionalização

A identidade docente é construída ao longo da formação e da trajetória profissional. No estágio supervisionado, esse processo ganha força, pois o licenciando passa a se reconhecer como futuro professor e a compreender as responsabilidades que envolvem a profissão.

As experiências vividas na escola ajudam o estudante a refletir sobre sua escolha profissional, seus modos de ensinar, sua relação com os estudantes e sua compreensão sobre o papel social da educação. A convivência com professores experientes também contribui para esse processo, pois permite observar práticas, dialogar sobre desafios e compreender diferentes formas de atuação docente.

O estágio supervisionado favorece a profissionalização porque aproxima o licenciando das condições reais de trabalho. Ele passa a perceber que a docência envolve muito mais do que conhecimentos, envolve competências, valores e compromissos. Trata-se de uma profissão que exige formação contínua, postura ética, capacidade de reflexão e compromisso com a aprendizagem dos estudantes.

Quando desenvolvido de forma integrada, o estágio deixa de ser uma atividade burocrática e passa a assumir sua função formativa. Torna-se espaço de escuta, análise, participação, intervenção e aprendizagem profissional. Essa compreensão reforça sua importância como componente essencial das licenciaturas.

4 Considerações finais

O estágio supervisionado ocupa um lugar decisivo na formação inicial de professores. É por meio dele que o licenciando começa a se aproximar da escola não apenas como estudante, mas também como futuro profissional da educação. Nesse contato, observa a complexidade da sala de aula, as relações presentes no cotidiano escolar e os desafios concretos do trabalho docente.

A análise realizada permitiu compreender que o estágio não pode ser reduzido ao cumprimento de uma exigência curricular. Sua importância vai além da carga horária prevista nos documentos legais. O estágio representa um espaço de aprendizagem, amadurecimento profissional e construção da identidade docente, pois coloca o licenciando diante das condições reais em que o trabalho pedagógico acontece. Nesse contato com a escola, o futuro professor

passa a perceber que a docência não se resume ao domínio de conteúdo ou à aplicação de métodos previamente estudados na universidade. Ela envolve decisões constantes, relações humanas, limites institucionais, diversidade de estudantes, conflitos, planejamento, avaliação e responsabilidade ética com a aprendizagem.

A Resolução CNE/CP nº 4/2024 fortalece essa compreensão ao reafirmar o estágio como componente estruturante das licenciaturas. A orientação de que ele aconteça de forma progressiva, desde o início do curso, em articulação com a educação básica, aponta para uma formação mais próxima da realidade escolar e menos fragmentada entre teoria e prática. Essa experiência também permite ao licenciando compreender que tornar-se professor é um processo gradual, marcado por dúvidas, enfrentamentos e reconstruções.

Muitas vezes, o estágio revela a distância existente entre aquilo que é discutido teoricamente na formação inicial e aquilo que se apresenta no cotidiano da escola. Essa distância, no entanto, não deve ser vista apenas como dificuldade, mas também como possibilidade de reflexão crítica. É nesse confronto entre teoria e prática que o futuro docente começa a elaborar sua própria forma de compreender a profissão.

Os referenciais teóricos analisados também reforçam essa perspectiva. Pimenta e Lima (2017) contribuem para compreender o estágio como campo de conhecimento e investigação da prática. Tardif (2014) evidencia que os saberes docentes são construídos em diferentes espaços. Freire (2021) destaca a importância da práxis, da autonomia e do compromisso ético. Gatti (2010) chama atenção para a necessidade de uma formação inicial mais integrada. Zabalza (2014) enfatiza a parceria entre universidade e escola como condição para experiências formativas consistentes.

Para que o estágio cumpra sua função formativa, não basta antecipar sua realização no curso ou ampliar sua carga horária. É necessário garantir planejamento, acompanhamento, orientação qualificada e diálogo permanente entre universidade e escola. A presença do licenciando na escola precisa ser acompanhada por momentos de reflexão, para que a experiência não se limite à observação ou ao preenchimento de relatórios.

A atuação dos professores orientadores e supervisores merece destaque nesse processo. São eles que ajudam o licenciando a interpretar as situações vividas, relacionar teoria e prática, compreender os desafios da escola e construir uma postura mais crítica diante da profissão. A parceria entre instituição formadora e escola de educação básica deve ser fortalecida continuamente.

O estágio, quando bem orientado, contribui para superar uma formação meramente técnica ou burocrática. Ele possibilita ao licenciando observar, questionar, participar e analisar

as práticas pedagógicas, desenvolvendo uma postura mais investigativa diante da realidade escolar. Nesse sentido, sua função não é apenas preparar o estudante para “dar aula”, mas também ajudá-lo a compreender os sentidos sociais, políticos e humanos da docência.

Conclui-se que o estágio supervisionado é essencial para a profissionalização do futuro professor. Ele contribui para o desenvolvimento de saberes docentes, para a construção da identidade profissional e para a compreensão da docência como prática comprometida com a formação humana. Fortalecer o estágio significa investir na qualidade da formação inicial e, conseqüentemente, na melhoria da educação básica brasileira.

Novas pesquisas podem aprofundar a análise sobre os impactos da implementação da Resolução CNE/CP nº 4/2024 nas licenciaturas. Investigar como os cursos estão reorganizando seus projetos pedagógicos, como as parcerias com as escolas estão sendo construídas e quais estratégias têm sido adotadas para qualificar o estágio pode contribuir para a ampliação do debate sobre a formação inicial docente no Brasil.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes-cp-2024>. Acesso em: 18 set. 2026.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 63. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez. 2010. DOI: 10.1590/S0101-73302010000400016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/873/87315816016.pdf>. Acesso em: 18 set. 2026.

GATTI, B. A. *et al.* **Professores do Brasil**: novos cenários de formação. Brasília: UNESCO, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

PIMENTA, S. G; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

O Estágio Supervisionado na Formação Inicial de Professores:
contribuições para a construção da identidade e do desenvolvimento profissional
docente à luz da resolução CNE/CP nº 4/2024

ZABALZA, M. Á. O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária. São Paulo: Cortez, 2014.

Data de submissão: 13/08/2026

Data de aceite: 03/09/2026